

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 460, DE 27 DE JANEIRO DE 2009

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2008, constante dos anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro GILMAR MENDES

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ Milhares	
DESPESA COM PESSOAL			
	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	*INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.117	451	
Pessoal Ativo	8.117	451	
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	35	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	35	-	
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.082	451	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		8.533	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
VALOR			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		428.563.288	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VD)=(IV/V)*100		0,001991%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,006000%		25.714	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,005700%		24.428	

Fonte: SIAFI

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")		R\$ 1	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	56.088.024	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	15.837
Caixa	-	Depósitos	8.748
Bancos	-	Restos a pagar Processados	7.089
Conta Movimento	-	Do exercício	7.089
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	56.088.024	Débitos Diversos a Pagar	-
Financeiras	56.088.024	Outras Obrigações	-
Limite de Saque com Vinc. de Pgt	-		
Valores em Trânsito Realizáveis	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	56.072.187
TOTAL	56.088.024	TOTAL	56.088.024
* INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			46.238.956
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			9.833.231

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a pagar Processados	-
Conta Movimento	-	Do Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-

INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			

FONTE: SIAFI

Nota: Inclusos os restos a pagar a liquidar de 2007, no valor de R\$ 4.200.466,96, reinscritos em 31.12.2008, por força do Decreto nº 6.708/2008.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2008 A DEZEMBRO/2008

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS P/ INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	-	7.089	4.200.467	42.038.489	-
TOTAL	-	7.089	4.200.467	42.038.489	-

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurados no anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)	56.072.187
--	------------

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS P/ INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS ORDINÁRIOS (100)	-	7.089	4.200.467	42.038.489	-
CUSTAS E EMOLUM. (127)	-	-	-	-	-
CONTR. SOC. S/ LUCRO PJ (151)	-	-	-	-	-
TOTAL	-	7.089	4.200.467	42.038.489	-

FONTE: SIAFI

Nota: Inclusos os restos a pagar a liquidar de 2007, no valor de R\$ 4.200.467,96, reinscritos em 31.12.2008, por força do Decreto nº 6.708/2008.

Lylian Beatriz de Oliveira Comelli
Secretária de Administração

Maurício Antônio do Amaral Carvalho
Secretário de Controle Interno

Rubens Curado Silveira
Secretário-Geral Substituto

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE JANEIRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e no artigo 70 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, conforme Procedimento Administrativo nº 638/2009, resolve:

Art. 1º Atualizar, na forma do Anexo a esta Portaria, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral para o exercício de 2009, em razão de ajuste no valor a ser desembolsado por este Órgão na categoria Restos a Pagar.

Art. 2º O Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral, constante da Portaria nº 37, de 13 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 15 seguinte, passa a ser o constante do Anexo a esta Portaria.

Min. ARNALDO VERSIANI
Em exercício

ANEXO

JUSTIÇA ELEITORAL
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2009

ATÉ O MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL	R\$ 1.00	
			RESTOS A PAGAR	
JANEIRO	473.938.548	89.381.065	9.520.281	
FEVEREIRO	710.907.822	178.762.130	9.520.281	
MARÇO	947.877.095	268.143.196	9.520.281	
ABRIL	1.184.846.369	357.524.261	9.520.281	
MAIO	1.421.815.643	446.905.326	9.520.281	
JUNHO	1.658.784.917	536.286.391	9.520.281	
JULHO	1.895.754.191	625.667.456	9.520.281	



AGOSTO	2.132.723.465	715.048.521	9.520.281
SETEMBRO	2.369.692.738	804.429.587	9.520.281
OUTUBRO	2.606.662.012	893.810.652	9.520.281
NOVEMBRO	2.962.115.923	983.191.717	9.520.281
DEZEMBRO	3.080.600.560	1.072.572.782	9.520.281

PORTARIA Nº 93, DE 28 DE JANEIRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no § 4º do artigo 84 da Lei nº 11.768/2008 e no anexo V da Lei nº 11.647/2008, resolve

Tornar público o demonstrativo de saldo dos provimentos do exercício de 2008:

ÓRGÃO: 14.101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO DE CONFIANÇA	SALDO TOTAL
23	0	3	26

Ministro ARNALDO VERSIANI
Em exercício

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

RETIFICAÇÃO

Na Resolução n. 36, de 11 de dezembro de 2008, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, publicada no Diário Oficial da União, de 12 de dezembro de 2008, Seção I, páginas 158/162: ONDE SE LÊ: "tendo em vista a autorização contida no inciso II do § 1º do art. 4º da Lei n. 11.647, de 24 de março de 2008,..." LEIA-SE: "...tendo em vista a autorização contida no inciso VI, alínea "a", do art. 4º e no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei n. 11.647, de 24 de março de 2008,..."

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 29, DE 26 DE JANEIRO DE 2009

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao Terceiro Quadrimestre de 2008, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	TOTAL
		NÃO PROCESSADAS	
(a)	(b)	TOTAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.135	-	23.135
Pessoal Ativo	22.480	-	22.480
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e Outros da Adm. Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	22.480	-	22.480
Pessoal Inativo e Pensionistas	655	-	655
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º ART. 19 da LRF) (II)	1.559	-	1.559
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	952	-	952
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	608	-	608
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	21.575	-	21.575
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)			21.575

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) ¹	428.563.288
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*	0,005034
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 0,007835	33.578
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,007443	31.898

FONTES: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

* Valores referentes à Portaria STN nº 41, de 22 de janeiro de 2009.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63, da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II, do art. 35, da Lei nº 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2008

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	21.575	0,005034
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	33.578	0,007835
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	31.898	0,007443

FONTE: SIAFI E CCF/SOF/TSE

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	7.344	7.344

FONTE: SIAFI E CCF/SOF/TSE

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2008

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea "a")

ATIVO	VALOR	PASSIVO	
		VALOR	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	7.366	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	22
Caixa	-	Depósitos	-
Bancos	-	Restos a Pagar Processados	22
Conta Movimento	-	Do Exercício	9
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	13
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	0
Outras Disponibilidades Financeiras	7.366	Valores em trânsito Exigíveis	-
Limite de Saque com Vinculação Pag- to.	771	Outras Obrigações a Pagar	-
Recursos a Rec. Para Pagto. RP	6.596	Recursos a Lib. Para Pagto RP	-
Créditos a Receber	-	Valores Diferidos	0
Valores em Trânsito Realizáveis	-	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	-
Valores Diferidos	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	7.344
TOTAL	7.366	TOTAL	7.366
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			7.344
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2008

Em Milhares

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "b")

ORGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	13	9	42	7.302	-
TOTAL	13	9	42	7.302	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

7.344

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
0100 - Recursos Ordinários	13	9	42	7.302	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	-	-
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-
0151 - Contribuição Social Sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	-	-	-	0	-
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL	13	9	42	7.302	-

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Desembargador CARMO ANTÔNIO DE SOUZA

Presidente do Tribunal

ALESSANDRO RILSONEY DIAS DE SOUZA

Diretor-Geral

Em exercício

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA

Secretária de Administração e Orçamento

MOISÉS SILVA CAMPOS

Coordenador de Controle Interno